

ANO XVIII N. 24 27/2/2020

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N. 9, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Institui o Comitê Gestor Nacional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (cgSIGEP-JT).

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 1)

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 4, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Define os membros do Comitê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho – de que tratam os arts. 38, 39 e 40 da Resolução CSJT n. 185, de 13 de março de 2017.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 2)

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 6, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho, institui o Manual de Gestão de Demandas de Sistemas Satélites do PJe e dá outras providências.

[ANEXO 1](#)

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 2-7)

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 5, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Define os membros do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho – de que trata o art. 11 da Resolução CSJT n. 208, de 27 de outubro de 2017.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 7)

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N. 8, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Institui o Comitê Gestor Nacional do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (cgSIGEO-JT).

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 7-8)

[ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N. 10, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Institui o Comitê Gestor do Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria da Justiça do Trabalho (cgProad-Ouv).

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 26/2/2020, p. 8)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PORTARIA ME N. 5.509, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020](#)

Estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2020, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.

(DOU 26/2/2020, Seção 1, p. 14-20)